

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO n° 31/2026
Processo Licitatório n° 62/2026

1. DO OBJETO

1.1. Concessão de uso temporário de espaço público, a título precatório e oneroso, com a finalidade de exploração comercial de área para camarote privado, no pátio de eventos Nivaldo Jatobá, durante a realização da 57ª Festa das Marocas, a ser realizada no período de 03 à 06 de julho de 2026, para suprir as necessidades da Secretaria de Cultura, Turismo e Empreendedorismo do Município de Belo Jardim:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATSER	UNIDADE	QUANT.	VALOR MINIMO ACEITÁVEL	TOTAL
01	Concessão de uso temporário de espaço público, a título precatório e oneroso, com a finalidade de exploração comercial de área medindo 350m ² para camarote privado tipo lounge.	19356	und	1	R\$ 43.834,17	R\$ 43.834,17
02	Concessão de uso temporário de espaço público, a título precatório e oneroso, com a finalidade de exploração comercial de área medindo 350m ² para camarote privados com 02 pisos com no mínimo 12 unidades e um máximo de até 15 unidades por piso, com capacidade individual para 10 pessoas, tendo em cada pavimento um corredor de acesso, área para sanitários, sendo 6 Banheiros STD, área para bar, saídas de emergência, e uma entrada e portaria para acesso, devendo também garantir acessibilidade a todos os Camarotes	19356	und	1	R\$ 52.142,06	R\$ 52.142,06
TOTAL						R\$ 95.976,23

1.2 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum, por não apresentar complexidade para sua execução.

1.3 O prazo de vigência da eventual contratação é de 60 sessenta dias, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 110 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.4 Considerando que o Portal de Compras do Governo Federal ainda não está adaptado para licitações cujo objeto visa à arrecadação de receitas a título de esclarecimento, o licitante deverá consignar na forma expressa no sistema eletrônico, o valor mínimo (quanto menor lance maior a oferta), que será convertido em taxa de utilização da área cedida, sendo o lance ofertado aplicado na fórmula a seguir:

1.4.1. O valor do lance (VL) será convertido no Valor de Taxa de Utilização Mensal (TU) que corresponde ao valor a ser pago pela cessão de uso, expressa em moeda corrente nacional (R\$), obtido a partir da fórmula, conforme descrição a seguir:

$$TU = 100/VL \times VR$$

Onde:

TU: TAXA DE UTILIZAÇÃO

VL = VALOR DO LANCE (por item)

VR = VALOR DE REFERÊNCIA

EXEMPLO I:

$$VL = 100,00$$

$$VR = 43.834,17$$

$$TU = 100/100 \times 43.834,17$$

$$TU = 1 \times 43.834,17$$

$$TU = R\$ 43.834,17$$

EXEMPLO II:

$$VL = 80$$

$$VR = 43.834,17$$

$$TU = 100/80 \times 43.834,17$$

$$TU = 1,25 \times 43.834,17$$

$$TU = R\$ 54.797,71$$

- 1.5** O serviço não se enquadra como continuado tendo em vista que as atividades correspondem apenas ao período de realização da 57ª Festa das Marocas.
- 1.6** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.** A fundamentação está baseada na necessidade de selecionar um cessionário para o uso temporário de espaço público durante a 57ª Festa das Marocas, evento que é considerado Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco pela Lei 13.842, desde 2009. Essa festa, de grande relevância cultural e social para a região, atrai um número significativo de visitantes e fomenta o turismo local. A concessão, realizada de forma precatória e onerosa, visa a arrecadação de receitas, contribuindo significativamente para a economia de recursos próprios do município. Além disso, a arrecadação possibilitará a destinação desses recursos para cobrir as despesas do próprio evento, garantindo uma gestão financeira mais eficiente. A presença de um cessionário também promove a organização e o bom funcionamento do espaço público, beneficiando tanto os participantes quanto a comunidade local.
- 2.2.** Não há a previsão da futura contratação no respectivo PAC e o devido alinhamento com o planejamento realizado, haja vista que o presente caso, vislumbra-se a contratação da concessão de uso de bens municipais, o que gerará recursos próprios municipais e não desembolsos.
- 2.3.** Demais informações estão pormenorizadas no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Aplica-se, no que couber, a Lei n. 12.305/2010, que dispõe acerca da instituição de política nacional de resíduos sólidos, e o “Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho”, aprovado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) mediante Resolução CSJT n. 310/2021.

Subcontratação

- 4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.
- 4.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

- 4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 14:00 horas.
- 4.6. A ausência de vistoria não poderá servir como justificativa para alegações posteriores de desconhecimento, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes do local de prestação do serviço. O contratado deve assumir integralmente os ônus decorrentes dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto:

5.1.1.1 Após a homologação da licitação, a adjudicatária terá um prazo de até 2 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato de Cessão de Uso. O não cumprimento deste prazo resultará na perda do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

5.1.1.2 Caberá à cessionária(o) toda a estrutura necessária para funcionamento do camarote particular (infraestrutura, sonorização, iluminação, banheiros, sinalização de segurança, segurança privada, posto médico, e equipes de gestão, produção técnica e apoio etc.) ficando obrigada a respeitar toda legislação trabalhista e sanitária vigente.

5.1.1.3 Ao término da Cessão de Uso, o local deverá ser entregue limpo e em boas condições, num prazo máximo de 2 (dois) dias.

5.1.1.4 O cessionário não poderá utilizar o local para qualquer outra finalidade que não seja a atividade de camarote.

5.1.1.5 Obter todas as autorizações e licenças necessárias para a execução das atividades dentro dos prazos legais sem prejuízo à execução do objeto e respondendo por eventuais infrações.

5.1.1.6 O cessionário deverá, pelo período da permissão, preservar o espaço público, devendo ainda garantir e proporcionar as melhores condições de conforto aos usuários;

5.1.1.7 Permitir, a qualquer momento, a fiscalização por parte da Administração.

5.1.1.8 A permissão de uso também fica sujeita à legislação tributária federal, estadual e municipal.

5.1.1.9 Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do Contrato.

5.1.1.10 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar a Administração Pública ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, por culpa sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

5.1.1.11 A parte elétrica da área reservada será de responsabilidade do cessionário, não ficando a Prefeitura responsável pela disponibilização dessa ligação, assim como os custos do consumo de energia elétrica, que deverão ser arcados junto à companhia energética.

5.1.1.12 Para que haja a autorização da execução do camarote, a PERMISSIONÁRIA fica obrigada a solicitar a AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), documento este que autoriza e estabelece limite acerca do quantitativo do público no local.

5.1.1.13 A Prestação do serviço não retira as responsabilidades tributárias quanto às eventuais taxas ou impostos aplicáveis conforme a legislação tributária municipal;

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 22, VI);

- 6.7.1.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 22, II);
- 6.7.2.** Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 22, III);
- 6.7.3.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 22, IV).
- 6.7.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 22, V).
- 6.7.5.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

- 6.8.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto Municipal nº 5, de 2023).
- 6.8.1.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

- 6.9.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 21, IV).
- 6.10.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 21, II).
- 6.11.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 21, III).
- 6.12.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 21, VIII).
- 6.13.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 21, X).

- 6.14.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Municipal nº 5, de 2023, art. 21, VI).
- 6.15.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1.** Por se tratar de um contrato de receita, caberá ao fiscal de contrato avaliar se os serviços estão sendo prestados conforme os requisitos mínimos necessários para o atendimento ao público, conforme os dispositivos deste Termo de Referência e demais anexos.
- 7.2.** Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente às normas e códigos aplicáveis ao serviço.
- 7.3.** Caso se verifique infrações administrativas cometidas pelo cessionário, serão aplicadas as sanções administrativas, conforme previsto neste Termo de Referência.

Prazo de pagamento

- 7.4.** O cessionário fará pagamento em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato; ou
- 7.4.1.** O pagamento poderá ser feito 50% após a assinatura do contrato e 50% um dia antes do início do evento.

Forma de pagamento

- 7.5.** A forma de pagamento entre o cessionário e a Administração será por meio de depósito em conta.

7.6. Dados Bancários:

Banco do Brasil
Agência: 0721-8
Conta Corrente: 25661-7

8. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

- 8.1.** A estimativa de valores para a presente contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada por meio do sistema Banco de Preços, ferramenta amplamente utilizada pela Administração Pública, que assegura maior confiabilidade, transparência e aderência aos valores praticados no mercado.
- 8.2.** Para a definição do valor estimado, adotou-se a média aritmética dos preços coletados, conforme detalhado no Apêndice D deste Termo de Referência, complementada pela análise dos parâmetros verificados na última licitação realizada para objeto similar. Tal metodologia garante a compatibilidade com a realidade mercadológica e a adequada avaliação da vantajosidade para a Administração Pública.
- 8.3.** O procedimento adotado observa o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como o art. 5º da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, especialmente no que se refere à utilização de fontes confiáveis e à definição de critérios técnicos para a formação do preço estimado.
- 8.4.** Dessa forma, a metodologia empregada assegura consistência na estimativa de valores, contribuindo para a seleção da proposta mais vantajosa e para a observância dos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pela maior taxa (**menor lance com aplicação da fórmula já citada no item 1.4.1.**).

Exigências de habilitação

- 9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 9.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 9.16.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.17.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.18.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.19.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.20.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 9.21.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 9.22.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 9.22.1.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 9.22.2.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 9.22.3.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.22.4.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.23.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 1% do valor total estimado da parcela pertinente.
- 9.24.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 9.25.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 9.26.** Comprovação de aptidão para prestação de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.27.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 9.27.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa,

respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.27.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.27.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

9.27.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.27.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.27.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. **A receita** estimada total da contratação é a estabelecida no item 1 deste termo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. **Esta licitação não implica dispêndios para o Município**

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Apêndice A – Estudo Técnico Preliminar;
- Apêndice B – Matriz de risco;
- Apêndice C - Mapa do Evento;
- Apêndice D – Mapa Comparativo.

Belo Jardim-PE, 13 de abril de 2026.

FILIPPE DE OLIVEIRA VIEIRA
Secretário de Cultura, Turismo e Empreendedorismo